



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Washington, 3 de abril de 1962.

*Perante o Conselho da Organização
dos Estados Americanos.*

Empresto significado especial a esta recepção do Conselho da Organização dos Estados Americanos, porque aqui ressoa a voz de tôda a América, num trabalho constante de aperfeiçoamento da solidariedade continental e de fortalecimento dos ideais pan-americanos.

Como Presidente de uma nação de profundas tradições democráticas, bem compreendo a importância desta Casa, verdadeiro parlamento interamericano, onde o debate é livre e onde todos se congregam dentro do respeito mútuo e da igualdade soberana dos Estados.

A política externa do Brasil sempre se inspirou nos ideais que presidiram a criação da OEA e sempre pautamos a nossa conduta dentro dos estritos limites do respeito às normas jurídicas reguladoras da convivência internacional.

Lenta, mas seguramente, nossos 21 países vieram evoluindo para ininterrupta e crescente aproximação, desde os passos iniciais das primeiras conferências pan-americanas, até atingir a organização político-jurídica de hoje, estruturada em documentos que são motivo de orgulho para o Continente e patrimônio de todos os que lutam pela paz e pela solidariedade internacional.

A fôrça e o prestígio desta Organização repousam sobretudo em princípios que constituem a razão mesma de sua existência e dos quais ela não se poderá jamais afastar sem se trair. Só o respeito de todos à soberania de cada um pode associar dignamente Estados livres e independentes. O princípio que rege, acima dos demais, a nossa convivência, e que torna possível a nossa unidade, é o princípio da não-intervenção. Só depois que êsse princípio se arraigou

definitivamente no espírito dos povos dêste Continente e se refletiu devidamente na conduta internacional de seus Governos, tornou-se possível acelerar o processo de associação das Repúblicas americanas.

A criação da Organização dos Estados Americanos representa, portanto, o reconhecimento formal, por todos os Governos que a integram, de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, não dá direito a nenhum dêles, nem mesmo à Organização que compõem, de atuar em terreno reservado exclusivamente à soberania interna das nações.

Não há como disfarçar que esta Organização atravessa um período difícil de sua história. Num mundo em que forças poderosas tendem à polarização e à tomada de posições extremas, mais árdua se torna a tarefa daqueles que têm o dever de não sacrificar o direito ao expediente político e de sobrepor a interesses de momento o primado permanente da norma jurídica.

Foi exclusivamente a convicção da justeza dêsses princípios e a certeza de sua estrita observância, posta à prova durante anos, que permitiram, muito rapidamente, em uma década apenas, a partir do estabelecimento das reuniões de consulta, passando pela Ata de Chapultepec e chegando ao Tratado do Rio de Janeiro, ao Pacto de Bogotá e à Carta da Organização, institucionalizarmos nosso sistema, sistematizarmos nossas instituições.

É êste todo um acervo de conquistas do direito internacional americano que nos cumpre preservar e pôr a salvo de quaisquer ameaças. Quanto mais difíceis forem os tempos, tanto maior terá de ser o esforço para que esta Organização não abandone os caminhos e os objetivos que dela fizeram um exemplo de convivência pacífica. Não basta dispor de instrumentos capazes de resolver pacificamente as divergências que por acaso surjam entre nós, se não soubermos fazer dêles o uso devido, atendo-nos, em seu emprego, às normas de direito e de justiça que tornaram possível o estabelecimento do sistema interamericano.

Antes, principalmente nas últimas décadas das relações continentais, notou-se que à evolução rápida de nossa cooperação no terreno político-jurídico não correspondia progresso semelhante no campo econômico e social. Havíamos cometido o equívoco de ampliar, como queríamos, o entendimento entre os nossos Governos,

sem estreitar, como devíamos, a solidariedade entre os nossos povos. Não há de ser neste momento, quando as possibilidades de maior cooperação no campo econômico e social se alargam em novas perspectivas para os povos dêste Hemisfério, que iremos permitir a abertura de uma fenda na solidez das bases jurídicas em que assenta a Organização dos Estados Americanos. Cumpre, portanto, agora mais do que nunca, à Organização e a cada um de seus membros, o dever de manter com firmeza tudo o que já foi obtido no terreno político e jurídico, como ponto de partida para as conquistas a serem ainda feitas no campo econômico e social.

Só assim entraremos de fato numa nova fase de cooperação interamericana, em que já não seremos convocados, precipuamente, para dirimir questões entre nossos países, mas sim para resolver os problemas de nossos povos. Ao esforço particular de cada nação para o seu próprio desenvolvimento poderá então somar-se a ação coletiva da OEA pelo progresso de tãda a América. Esta Organização não significa apenas os órgãos que a constituem e os tratados que a estruturam, mas principalmente os Estados-membros que a compõem. Sôbre êles, em última análise, recairá a responsabilidade de levar a bom têrmo o nôvo e grande empreendimento em que estamos empenhados no campo da cooperação econômica e social. Desejo assegurar-lhes, nesta oportunidade, o mais decidido apoio do Brasil à ação construtiva da OEA.

Senhores Delegados:

As reuniões internacionais têm hoje um sentido realista e refletem os ideais dos povos que nelas se representam. O delegado do Brasil neste Conselho exprime o pensamento de um govêrno cuja política exterior independente se identifica com as aspirações e sentimentos do povo brasileiro.

O diálogo permanente que aqui travam os povos da América, em ambiente de inteira liberdade, consolida a amizade entre países irmãos, membros da mesma comunidade continental. As reuniões interamericanas traduzem os elevados ideais que nos unem e fazem desta Organização um símbolo de compreensão e de fraternidade entre povos livres.